

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

- 1.1. O objeto da presente operação consiste na contratação de empresa para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de segurança eletrônico instalado no Fórum Trabalhista de Campo Grande, com fornecimento de peças e componentes novos, quando necessária a substituição, conforme disposições estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e das legislações complementares, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
  - 1.1.1. A manutenção preventiva será executada com periodicidade mensal, observando vistorias, ajustes e configurações, conforme a necessidade, obedecendo à rotina predeterminada, conforme anexo.
  - 1.1.2. A manutenção corretiva ocorrerá sempre que um equipamento ou sistema apresentar falha em seu funcionamento, cuja demanda deverá ser atendida em até 8 (oito) horas para atendimento remoto e 1 (um) dia útil para atendimento, após a solicitação de manutenção.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do inc. XIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é imprescindível para manutenção do sistema de segurança eletrônico do Fórum Trabalhista de Campo Grande, de modo a garantir segurança a todos os usuários, necessária para o desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas do órgão;
- 1.4. Os serviços serão contratados de acordo com as estimativas de históricos das contratações antecedentes.
- 1.5. As peças e componentes serão pagos pelo CONTRATANTE separadamente, nos valores correspondentes aos constantes no contrato.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Compete à Coordenadoria de Polícia Judicial (CPOL) do TRT da 24ª Região zelar pela segurança de magistrados, servidores, prestadores de serviços de mão de obra interna, estagiários, demais usuários da Justiça do Trabalho, além das instalações físicas e patrimônio do Tribunal. Para exercer adequadamente esta atribuição, a CPOL utiliza de sistemas de segurança eletrônicos para a preservação da incolumidade física de pessoas e garantia da preservação do patrimônio público. Todavia, a CPOL não tem em seu quadro servidores efetivos habilitados para os diversos serviços necessários à manutenção dos equipamentos e sistemas de segurança. Identificou-se ao longo do Estudo Técnico Preliminar que a contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva foi a solução mais viável a ser implementada para resolução da problemática apresentada, além disso, tem o condão de aumentar a eficiência e a racionalização dos processos de trabalho.
- 2.2. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de segurança eletrônico instalado no Fórum Trabalhista de Campo Grande, devem ser realizados por empresa especializada no sistema eletrônico de segurança do tipo TYCO®, em razão de ser este o sistema atualmente instalado.
- 2.3. O sistema eletrônico de segurança do Fórum Trabalhista de Campo Grande é composto pelos **sistemas de alarme, de CFTV e de controle de acesso**, cada um **com seus respectivos softwares de controle e de gerenciamento**.
  - 2.3.1. **Os softwares funcionam de modo independente, porém gerenciados em uma única aplicação.**

- 2.4. A relação pormenorizada de todos os equipamentos do sistema de segurança eletrônicos segue no ANEXO I.
- 2.5. As edificações são dotadas de estrutura física e de sistemas e subsistemas que garantem a funcionalidade e boa conservação dos prédios, essenciais para a preservação do patrimônio público e para o bom desempenho do Fórum Trabalhista de Campo Grande
- 2.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

- 3.1. A presente contratação tem como escopo a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de segurança eletrônico instalado no Fórum Trabalhista de Campo Grande, composto pelos sistemas de alarme, sistema de CFTV e sistema de controle de acesso, com fornecimento de peças e componentes novos, quando necessária a substituição.
- 3.2. A CONTRATADA fornecerá os materiais necessários para a execução dos serviços.
- 3.3. A CONTRATADA executará a manutenção preventiva de acordo com plano de manutenção preventiva, conforme anexo II; e as manutenções corretivas, por demandas da CPOL, conforme Anexo III.
- 3.4. Com vistas a identificar e padronizar os termos que serão utilizados nesta contratação ficam entendidos:
  - 3.4.1. MANUTENÇÃO: É o conjunto de atividades exercidas com o objetivo de assegurar ao sistema, equipamentos e serviços prestados a plena capacidade de funcionamento em condições seguras, continuadas e confiáveis, e que não implique em ampliação ou modificação do projeto e/ou especificações desses sistemas e/ou equipamentos;
  - 3.4.2. MANUTENÇÕES PREVENTIVAS: Serão consideradas manutenções preventivas todas as medidas e ações programadas para prevenir possíveis problemas de funcionamento de todos os equipamentos, efetuados periodicamente por inspeções sistemáticas, avaliações e análises das condições de funcionamento dos elementos e do conjunto, propondo as medidas necessárias para que se evitem falhas, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, equipamentos, máquinas e respectivos componentes, com procedimentos técnicos adequados em cada situação;
  - 3.4.3. MANUTENÇÕES CORRETIVAS: Serão consideradas manutenções corretivas medidas e ações não programadas, como de emergências e aquelas complementares à manutenção preventiva, destinadas a corrigir problemas de funcionamento ocorridos inesperadamente nas instalações, equipamentos, máquinas e acessórios componentes do sistema, de forma a recolocá-los em perfeitas condições de operação, fazendo os reparos necessários, inclusive reposição de peças e ajustes, de acordo com os manuais de manutenção e normas técnicas adequadas, específicas para cada situação.

### **4. DA VISTORIA**

- 4.1. Poderá ser realizada a avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 17h.
- 4.2. As vistorias devem ser agendadas com a Coordenadoria de Polícia Judicial (CPOL) pelo e-mail CPOL@trt24.jus.br/nst@trt24.jus.br ou através do telefone (67) 3316-1842.
- 4.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública. Do mesmo modo, os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.
- 4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

- 4.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o licitante apresentar a Declaração de não vistoria, conforme modelo contido no ANEXO VIII.

## 5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
- 5.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 5.3. **Habilitação jurídica:**
- 5.3.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - 5.3.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
  - 5.3.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
  - 5.3.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
  - 5.3.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
  - 5.3.6. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.
- 5.4. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**
- 5.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
  - 5.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
  - 5.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
  - 5.4.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) perante a Justiça do Trabalho;
    - 5.4.4.1. A emissão da CNDT será consultada por este TRT e, no caso de certidões válidas e conflitantes (positiva e negativa) para o mesmo CNPJ, prevalecerá a certidão emitida com a data mais recente.

- 5.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 5.4.5.1. A comprovação da regularidade poderá ser realizada por meio de consulta aos dados cadastrais do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).
- 5.4.6. Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Estadual;
- 5.4.7. Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Municipal;
- 5.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **5.7. Qualificação Econômico-Financeira**

- 5.7.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor conforme art. 69, *caput*, inc. II, da Lei nº 14.133/2021;
- 5.7.1.1. As empresas em situação de recuperação judicial poderão participar deste Pregão desde que comprovem que o plano de recuperação foi acolhido judicialmente, nos termos do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.
- 5.7.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- 5.7.2.1. 
$$\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$$
- 5.7.2.2. 
$$\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$$
 e
- 5.7.2.3. 
$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$$
- 5.7.2.3.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total anual estimado da contratação
- 5.7.2.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).
- 5.7.2.3.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, § 6º).
- 5.7.3. Os documentos referidos no subitem 5.7.2 deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

#### **5.8. Qualificação Técnica**

- 5.8.1. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 5.8.2. **Qualificação Técnico-Operacional (da empresa licitante):**

- 5.8.2.1. Certidão válida de inscrição da empresa LICITANTE e certidão válida de inscrição de pelo menos 01 (um) responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CONFEA/CREA, referente ao exercício de 2024. No caso de certidão emitida por outra unidade da Federação, deverá ser apresentada com o visto do Conselho Regional de Mato Grosso do Sul, por ocasião da contratação.
- 5.8.3. **Qualificação Técnico-Profissional (do profissional)**
- 5.8.3.1. Certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CONFEA/CREA, referente ao exercício de 2024, e Certidão(ões) de Acervo Técnico-CAT(s) de profissional, devidamente registrado no CONFEA/CREA, que comprove(m) ter sido o profissional responsável técnico por serviços de fiscalização ou de coordenação ou de supervisão ou de execução de manutenção ou instalação referente a prestação de serviços de assistência técnica em sistemas TYCO®.
- 5.8.4. O profissional indicado na forma do subitem 5.8.3.1 deverá participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que observados os requisitos do titular previstos nos itens 5.8.3.1 e 5.8.6, mediante prévia aprovação pela Administração.
- 5.8.5. O profissional detentor de acervo técnico nomeado por uma licitante não poderá ser apresentado como Responsável Técnico de outra licitante.
- 5.8.6. A comprovação de vínculo do profissional será feita mediante apresentação de:
- 5.8.6.1. Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante; OU
- 5.8.6.2. Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; OU
- 5.8.6.3. Cópia do contrato de trabalho, ou de certidão do CREA em que conste o profissional como responsável técnico da licitante; OU
- 5.8.6.4. Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.
- 5.8.7. Não será admitida a participação de consórcios.

## **6. CONTRATAÇÃO**

- 6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogáveis, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/ 2021.
- 6.1.1. Considera-se data da assinatura aquela constante neste instrumento ou a da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.
- 6.2. Durante a vigência da contratação, será permitida a alteração da razão social, a fusão, a cisão, a incorporação, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas no contrato original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:
- 6.2.1. No caso de alteração que possa repercutir na execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE cópia autenticada do referido instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;
- 6.2.2. No caso de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de aplicação de rescisão contratual e demais penalidades decorrentes da inexecução total.
- 6.3. Em atenção aos arts. 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou

prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

- 6.4. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.
- 6.5. De acordo com a Resolução CSJT nº 310/2021, a CONTRATADA deve comprovar, por ocasião da contratação, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:
  - 6.5.1. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016.
  - 6.5.2. Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
- 6.6. O atendimento aos itens 6.5.1 e 6.5.2 poderá ser demonstrado mediante declaração conforme modelo disponível no Anexo VII deste Termo de Referência. e, especificamente em relação ao 6.5.1. poderá, ainda, ser demonstrado mediante consulta ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>.
- 6.7. A prorrogação da contratação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantagem, para o CONTRATANTE, das condições e dos preços contratados.

## **7. SUSTENTABILIDADE**

- 7.1. A empresa deverá declarar, antes da efetivação da contratação, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Resolução CSJT nº 310/2021, as seguintes condições:
  - 7.1.1. De que emprega, se for o caso, jovens aprendizes equivalentes a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
    - 7.1.1.1. Em atendimento ao inciso III, art. 51 da Lei Complementar 123/2006, ficam dispensadas as empresas de pequeno porte e microempresas de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem.
  - 7.1.2. De que observa, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.
- 7.2. O cumprimento dos subitens 7.1.1 e 7.1.2 poderá ser demonstrado mediante auto declaração colhida diretamente através do sistema “Compras.gov.br” OU por declaração, conforme modelos disponíveis nos Anexo V e VI do Termo de Referência OU consulta à Certidão do

Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link: <http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/emitir.seam?cid=1117299>.

- 7.3. Em cumprimento às disposições contidas no art. 116 e inciso IX do art. 137, todos da Lei nº 14.133, de 2021, a empresa deverá manter, durante a toda a contratação, as condições previstas nos subitens 7.1.1 e 7.1.2., devendo a CONTRATADA, em caso de alterações de suas condições, informar imediatamente o Fiscal da contratação.
- 7.4. Nos contratos de manutenção de equipamentos, a CONTRATADA deverá utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo INMETRO;
- 7.5. A contratada deverá utilizar produtos de limpeza, lubrificação, antiferrugem, dentre outros, menos ofensivos, conforme previsto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.
- 7.6. A contratada deve efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão, procedendo ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de resíduos de logística reversa, de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão em observância ao Decreto nº 10.936/2022.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **8.1. Prazo para início da execução dos serviços**

- 8.1.1. A execução dos serviços terá início no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

### **8.2. Local e horário da prestação dos serviços**

- 8.2.1. O Fórum Trabalhista de Campo Grande é localizado no endereço: Rua Jornalista Belizário Lima nº 418, Vila Glória, Campo Grande - MS, CEP 79.004-915.
- 8.2.2. Os serviços de manutenção deverão ser realizados, preferencialmente, no horário compreendido entre 8h e 17h, em dias úteis, sempre observados os dias de expediente do Tribunal. Em se tratando de serviço de longa duração, o atendimento poderá ocorrer fora do expediente, inclusive em fins de semana ou feriados, tendo a anuência da Coordenadoria de Polícia Judicial.

### **8.3. Da execução dos serviços**

- 8.3.1. A CONTRATADA deverá realizar todo e qualquer tipo de serviço de manutenção necessário para o perfeito funcionamento do sistema de segurança eletrônico.
- 8.3.2. A CONTRATADA deverá observar as regras de segurança do CONTRATANTE para entrada ou saída de materiais e equipamentos, que serão autorizadas pelo Fiscal do contrato.
- 8.3.3. O CONTRATANTE, sempre que possível, comunicará à CONTRATADA as ocorrências, panes e defeitos observados, a fim de auxiliar as providências necessárias para sanar eventuais problemas detectados na execução dos serviços, porém a ausência de manifestação por parte do CONTRATANTE não exime a CONTRATADA, em nenhuma hipótese, da responsabilidade de identificá-las e corrigi-las
- 8.3.4. O técnico da CONTRATADA, ao se apresentar para realizar o serviço, deve se identificar, ao fiscal ou responsável, portando crachá, ferramental adequado para executar os diagnósticos e reparos e estar vestindo uniforme da CONTRATADA.
- 8.3.5. Em todo momento em que o técnico estiver realizando serviços, é responsável pela segurança do local trabalhado, devendo identificar, cercar e orientar de quaisquer riscos. É dever ainda, zelar pela limpeza física e sonora do ambiente, evitando uso desnecessários de equipamentos ruidosos, evitar deixar objetos que possam causar acidentes com usuários.
- 8.3.6. Em qualquer serviço realizado a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço (OS) e apresentá-la a fiscalização do contrato, após a conclusão da manutenção.

8.3.7. Na Ordem de Serviço (OS), mencionada no subitem anterior, deve constar a numeração sequencial da OS, data, horário inicial e final, equipamentos ou soluções tratadas, testes realizados, necessidade de troca de peças/equipamentos, trocas de peças/equipamentos previamente autorizadas.

8.3.7.1. O texto do preenchimento deve ser claro e objetivo informando os equipamentos, serviços executados; relação de materiais, peças, partes e componentes utilizados, substituídos ou consertados; relação de pendências de manutenção, se houver, com indicação de motivos pelo não atendimento e soluções propostas; anotações sobre fatos extraordinários e anormalidades; entre outras informações pertinentes.

8.3.8. A CONTRATADA deverá atestar na OS que o sistema foi restabelecido, o problema detectado e resolvido, ou fazer constar na OS por qual motivo não foi possível fazê-lo e indicar quais próximos passos, como por exemplo peças necessárias e que não estava presente com o técnico ou não consta do rol de peças a serem trocadas.

8.3.9. A Ordem de Serviço deverá ser assinada por ambos (técnico da CONTRATADA e fiscal). A via original da Ordem de Serviço ficará com o Fiscal do contrato.

8.3.10. Será de responsabilidade do Fiscal do contrato a conferência dos serviços prestados e do correto preenchimento pelo técnico, em relação às datas e horas e itens tratados;

8.3.11. Os serviços de manutenção deverão ser realizados no local, exceto nas ocasiões em que, em função da natureza da operação ou do defeito apresentado, exista a necessidade do deslocamento de peças, partes, componentes e equipamentos até locais mais adequados para a realização desses serviços. Nestes casos, todas as operações relacionadas à desmontagem e montagem, à remoção e reinstalação e ao transporte (saída e retorno) desses itens deverão ser realizadas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, e deverão ser previamente autorizadas pelo CONTRATANTE.

8.3.12. Os serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva terão valor fixo mensal, não havendo nenhum acréscimo por ocorrências.

8.3.13. As peças substituídas serão pagas conforme a efetiva troca, com quantitativo e valores descritos no Anexo III.

#### **8.4. Da manutenção preventiva**

8.4.1. A manutenção preventiva não requer abertura de chamada, devendo ser realizada, logo no início da contratação e mensalmente, entre os dias 1º e 10, com agendamento com o Fiscal da contratação;

8.4.2. Os serviços e testes deverão ser realizados em todos os equipamentos discriminados no ANEXO I, devendo o técnico cumprir as rotinas indicadas no ANEXO II.

8.4.3. A própria rotina prevista no ANEXO II servirá de relatório, a ser apresentado juntamente na OS preenchida, conforme o subitem 8.3.7.

8.4.4. Caso o teste ou checagem puder ser realizado remotamente, poderá a CONTRATADA fazê-lo. Se o conserto, configuração ou reconexão do item for realizado, entende-se como manutenção.

8.4.4.1. O não atendimento de forma perfeita/integral, acarretará a necessidade de comparecimento do técnico ao local.

8.4.5. O horário da realização dos serviços deve respeitar o previsto no subitem 8.2.2 preferencialmente se encerrando às 17h, continuando no próximo dia útil, sem qualquer ônus para o contratante.

#### **8.5. Da manutenção corretiva**

8.5.1. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados nos equipamentos discriminados no ANEXO I, devendo ser realizados sempre que ocorrerem fatos ou que sejam observadas situações que determinem a sua necessidade.

8.5.2. As intervenções corretivas consistirão basicamente na realização eventual de análises,



ajustes, consertos, correções, substituições, complementações, reparos, restaurações e recuperações em peças, partes e componentes dos equipamentos e instalações abrangidos pelo contrato.

8.5.3. Caso o conserto, configuração ou reconexão do item for executado remotamente, entende-se como mantido.

8.5.3.1. O não atendimento de forma perfeita/integral, acarretará a necessidade de comparecimento do técnico ao local.

8.5.4. Os serviços de manutenção corretiva podem ocorrer durante uma manutenção preventiva ou quando da Ordem de serviço

8.5.5. Ao término dos serviços de manutenção corretiva, deve o técnico preencher a OS, conforme subitem 8.3.7.

#### **8.6. Da abertura de chamado para manutenção corretiva e do atendimento**

8.6.1. A abertura de chamados para manutenção corretiva serão efetuadas pela Fiscalização por meio do correio eletrônico (e-mail) CPOL@trt24.jus.br/nst@trt24.jus.br para a CONTRATADA, cujo conteúdo indicará o tipo de serviço a ser realizado.

8.6.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento do chamado em até 4 (quatro) horas após o envio do e-mail ou mensagem eletrônica pelo CONTRATANTE. Após esse prazo a ordem de serviço será considerada recebida, iniciando-se o prazo para atendimento.

8.6.2. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser executados pela contratada em até 8 (oito) horas para atendimento remoto e 1 (um) dia útil para atendimento presencial, a contar da confirmação do recebimento do chamado pela CONTRATADA.

8.6.2.1. Serviços considerados como urgentes em que haja a interrupção do funcionamento do sistema, deverão ser atendidos em até 4 (quatro) horas, dentro do horário de expediente do Tribunal.

8.6.3. Em caso de urgência, a abertura de chamado poderá ser realizada por telefone e posteriormente registrado por e-mail.

8.6.4. Entende-se como atendido um chamado quando o reparo, configuração ou reconexão for executado de forma que o equipamento volte a operar integralmente.

8.6.5. O prazo máximo para a conclusão dos serviços será de 3 (três) dias úteis para os casos onde há a paralisação ou mal funcionamento total de qualquer um dos sistemas eletrônicos de segurança, quais sejam, sistema de controle de acesso, sistema de alarme ou sistema de monitoramento eletrônico (CFTV), devendo conter na O.S. a justificativa pela extensão do prazo, caso necessário.

#### **8.7. Do fornecimento de peças e componentes para reposição**

8.7.1. As peças serão fornecidas pela CONTRATADA, com vistas a possibilitar a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

8.7.1.1. Qualquer reposição de peças será sempre precedida de autorização do Fiscal do Contrato.

8.7.2. A relação de peças eventualmente utilizadas será discriminada em nota fiscal própria.

8.7.3. As peças e componentes, necessários à manutenção, deverão ser da marca e modelos especificados no ANEXO III ou no catálogo do fabricante.

8.7.4. Não será permitida a utilização de peças usadas, reconhecidas ou que necessitem sofrer tratamentos de adaptação e ajustes para serem utilizadas.

8.7.5. As quantidades descritas nos itens 1 a 14 do ANEXO III são meramente exemplificativas, podendo haver execução distinta desses quantitativos, desde que não ultrapassem o valor máximo do contrato.

- 8.7.6. As peças de reposição serão pagas separadamente dos demais serviços, nos valores correspondentes ao constante no contrato, conforme ANEXO III.
- 8.8. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:
- 8.8.1. Às normas e especificações constantes deste Termo de Referência;
  - 8.8.2. Às prescrições e recomendações do fabricante;
  - 8.8.3. Às normas da ABNT;
  - 8.8.4. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:
    - 8.8.4.1. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
    - 8.8.4.2. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
    - 8.8.4.3. NR-23: Proteção Contra Incêndios.
- 8.9. **Procedimento de transição e finalização de contrato.**
- 8.9.1. A CONTRATADA deverá emitir relatório ao final do contrato contendo:
- 8.9.1.1. Número de série e dados de login de administrador (usuário e senha) dos softwares do sistema de segurança eletrônico; e
  - 8.9.1.2. Relatório pormenorizado dos locais de instalação de todos os equipamentos que compõem o sistema de segurança eletrônico;

## **9. SUBCONTRATAÇÃO**

- 9.1. Não será permitida a subcontratação.

## **10. GARANTIA DOS SERVIÇOS, PEÇAS E COMPONENTES**

- 10.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia completa dos serviços realizados de no mínimo 3 (três) meses contados da data do término da execução do serviço.
- 10.2. No caso de peças/componentes fornecidos ou substituídos pela CONTRATADA, o prazo mínimo de garantia será de 12 (doze) meses ou a garantia do fabricante, caso seja maior, contados da data da entrega dos itens, devidamente revisados e/ou consertados.
- 10.2.1. A garantia de peças pelo fabricante não inclui casos de uso inadequado, deficiência de energia elétrica e condições anormais de ambiente.
- 10.3. O serviço de assistência técnica, durante todo o período de garantia ofertado, deverá ser prestado de modo a remover os defeitos apresentados, compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias, de acordo com as normas técnicas específicas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.
- 10.4. A CONTRATADA ficará responsável pelos eventuais reparos, assim como pelas substituições de peças.
- 10.5. Os serviços de assistência técnica deverão ser prestados pela CONTRATADA. Caso seja necessária a remoção dos equipamentos, não deverá acarretar qualquer ônus ao CONTRATANTE.
- 10.6. Caso haja a necessidade de promover a substituição de peças, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da ordem de serviço, para execução e entrega do serviço, sendo permitida somente a utilização de peças sem uso e originais do fabricante.
- 10.7. Os prazos de conclusão dos serviços mencionados nos subitens 10.6 e 10.7 poderão ser eventualmente dilatados nas situações em que a CONTRATADA apresente justificativa comprovada da impossibilidade técnica para a sua realização dentro do período inicialmente estipulado.
- 10.8. A CONTRATADA responderá, durante o período de garantia das peças e componentes, por

quaisquer procedimentos necessários perante o fabricante, de forma a assegurar prontamente ao CONTRATANTE a assistência técnica e/ou a substituição das peças e componentes, caso sejam necessárias, incluindo-se as partes que apresentarem defeitos e/ou vícios de execução não oriundos do mau uso por parte do CONTRATANTE, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados e prejuízos para o desempenho das atividades do CONTRATANTE.

- 10.9. Durante o período da garantia, caso NÃO EXISTA OU DEIXE DE EXISTIR assistência ou suporte técnico local autorizado pelo fabricante, FICARÁ A LICITANTE VENCEDORA RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS ATÉ O TÉRMINO DA GARANTIA.

## **11. DOS DEVERES DO CONTRATANTE**

### **11.1. Incumbe ao CONTRATANTE:**

- 11.1.1. Informar à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o nome do Fiscal da Contratação, o telefone e endereço de e-mail para contato;
- 11.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da proposta apresentada;
- 11.1.3. Exercer a gestão e fiscalização dos serviços prestados, por meio de servidores devidamente designados para tanto;
- 11.1.4. Cientificar a CONTRATADA sobre as normas internas vigentes, em especial as de segurança e transporte;
- 11.1.5. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências e equipamentos necessários para a execução dos serviços;
- 11.1.6. Comunicar oficialmente a CONTRATADA acerca da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no cumprimento do Contrato, bem como exigir sua pronta regularização;
- 11.1.7. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato;
- 11.1.8. Exigir a imediata substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que descumprir as disposições contidas neste Termo de Referência, ou verificado que sua permanência, atuação ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à técnica ou ao interesse dos serviços;
- 11.1.9. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato;
- 11.1.10. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto da contratação, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seus empregados ou prepostos, no prazo de 2 (dois) dias úteis;
- 11.1.11. Expedir a Ordem de Serviço nas condições estabelecidas neste instrumento;
- 11.1.12. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis em sendo constatados a inobservância ou o descumprimento de obrigações contratuais e legais.

## **12. DOS DEVERES DA CONTRATADA**

### **12.1. Incumbe à CONTRATADA:**

- 12.1.1. Executar os serviços objeto desta contratação na forma e nos prazos fixados;
- 12.1.2. Designar um preposto para representá-la administrativamente, durante o período de vigência do contrato, sempre que for necessário, não sendo admitida a indicação de empregado alocado na contratação.
- 12.1.3. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço contratado;
- 12.1.4. Cumprir todas as orientações do Fiscal do Contrato para o fiel desempenho das atividades

específicas;

- 12.1.5. Providenciar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), com seu respectivo comprovante de quitação em até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato;
- 12.1.6. Comunicar à fiscalização do CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 12.1.7. Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de segurança e/ou proteção individual, inclusive aqueles utilizados sob condição rotineira;
- 12.1.8. Manter durante a vigência do contrato, responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades;
- 12.1.9. Manter durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis;
- 12.1.10. Comunicar formalmente, por escrito e em via impressa, qualquer alteração do domicílio empresarial;
- 12.1.11. Informar por escrito quaisquer alterações de telefone (fixo ou celular) e de e-mail da empresa, sendo que esta informação deverá ser feita por meio eletrônico (e-mail) encaminhando ao endereço de e-mail indicado pelo Gestor ou Fiscal do contrato;
- 12.1.12. Observar e cumprir os prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.1.13. Encaminhar o Recibo da Nota de Empenho no prazo de 2 (dois) dias úteis após seu recebimento, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis na ausência de motivo justificável devidamente comprovado;
- 12.1.14. Responder integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 12.1.15. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas nas legislações específicas de acidentes de trabalho e previdenciária, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- 12.1.16. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes, conforme previsto no capítulo V do Decreto-Lei nº5.452 de 1º de maio de 1943, e demais normas regulamentadoras em especial atenção às Normas Regulamentadoras (NR's) nº 1, 6, 10 e 35;
- 12.1.17. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados causem aos equipamentos do CONTRATANTE, durante a execução dos serviços;
- 12.1.18. Empregar equipamentos e ferramentas recomendados, especializados e legalizados, na execução dos serviços;
- 12.1.19. Dispor de mão de obra especializada suficiente para o atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por qualquer motivo;
- 12.1.20. Responder por danos e desaparecimento de peças e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou prepostos;
- 12.1.21. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pela Gestão/Fiscalização da execução do Contrato;
- 12.1.22. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 12.1.23. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus representantes/empregados, ou ainda por infrações à legislação em vigor,

independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

12.1.24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 14 e 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);

12.1.25. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

12.2. Considerar-se-á válida e eficaz a correspondência enviada ao último endereço da CONTRATADA informado oficialmente e, em eventual devolução de correspondência, a fluência do prazo terá início a partir do primeiro dia útil subsequente da fracassada tentativa de entrega, pelos Correios, da correspondência.

### **13.DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA**

13.1. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

13.1.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato;

13.1.2. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

### **14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do contratante classificação funcional programática 02.122.0033.4256.0054, categoria econômica nº 3 (Serviços e materiais de consumo diversos), sob itens SIGEO-JT nº 151252024342912 e 151252024342903, fonte 1499000000, natureza 3.3.90.39. Em 2025, no planejamento orçamentário prévio, o serviço a ser contratado está previsto sob o código 151252025417629, fonte 1499000000. Natureza 3.3.90.39.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **15.DO VALOR MÁXIMO**

15.1. O valor máximo a ser pago por este Tribunal para a presente contratação é de **R\$ 222.186,60 (duzentos e vinte e dois mil, cento e oitenta e seis reais e sessenta centavos)**, observando-se o preço unitário e total pormenorizado na tabela constante do Anexo III.

### **16.PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será efetuado por meio do documento OB - Ordem Bancária, do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, enviado ao Banco do Brasil, instituição bancária responsável pela operacionalização do pagamento de valores dos órgãos federais, para crédito na conta indicada pela CONTRATADA, a qual deverá, obrigatoriamente, ser de sua titularidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a liquidação da nota fiscal / faturas, referentes à prestação dos serviços devendo ser apresentadas notas fiscais distintas para peças e serviços.

16.1.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.1.2. O envio dos documentos fiscais (NF-e, DANFE, NFS-e, CT-e, recibo ou similares), para fins de recebimento pelos serviços prestados a este Tribunal, somente será aceito desde que efetuado pelo Portal do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), disponível pelo seguinte link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>.

- 16.1.2.1. É necessário que a empresa efetue cadastro no sistema, observando o prazo de 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação;
- 16.1.2.2. As instruções para cadastro da empresa e envio dos documentos também podem ser acessadas no link: <https://www.trt24.jus.br/web/guest/cadastrodofornecedores>.
- 16.2. O Gestor deverá providenciar a liquidação da Nota Fiscal/Fatura e encaminhar em tempo hábil para que o pagamento seja efetuado no prazo estabelecido no subitem 16.1.
- 16.3. Havendo erro no documento fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação das despesas, o prazo passará a fluir somente após sanada a irregularidade, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para o CONTRATANTE, inclusive moratório.
- 16.4. Quando cabível, sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao imposto sobre a renda, à contribuição social sobre o lucro líquido, à contribuição para a Seguridade Social - COFINS e à contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposição legal. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da nota fiscal, de acordo com a IN SRF nº 480/2004, alterada pela IN da SRF nº 1.234/2012.
- 16.5. Caso a CONTRATADA seja empresa optante pelo Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, para não sofrer a retenção na fonte dos valores acima citados, deverá apresentar, para fins de comprovação da condição de optante, a declaração de opção pelo SIMPLES, conforme disposição legal.

## 17.DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

- 17.1. No caso de eventual atraso de pagamento, ocasionado por negligência por parte do CONTRATANTE, devidamente comprovada, e desde que tal fato não seja decorrente de força maior, o valor devido será acrescido de atualização financeira, apurada a partir do término do prazo estabelecido para pagamento até a data de efetiva quitação, calculado conforme taxa SELIC, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$AF = I \times N \times VP$$

### Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Taxa SELIC;

AF = Atualização financeira;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 17.2. A mesma fórmula será aplicada no caso de ressarcimento de valor recebido a mais pela CONTRATADA.

## **18.DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

- 18.1. A pedido da CONTRATADA poderá haver reajustamento anual dos preços para as parcelas do contrato não abrangidas na repactuação, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou, na extinção deste, por outro índice legal que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado.
- 18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro reajuste efetuado, o interregno de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do reajuste anterior.
- 18.3. O percentual máximo será o IPCA/IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses contados a partir da data do orçamento estimado e, nos reajustes subsequentes ao primeiro, será apurado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste formalizado.
- 18.4. Para que o reajuste possa ser efetuado a contar da data base inicialmente estabelecida, a CONTRATADA deverá solicitar o reajuste até o final do mês subsequente ao do mês de aquisição do direito consoante o subitem 18.1, sendo que se ultrapassado esse prazo a apuração do percentual acumulado será feita com base nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao mês da solicitação e os efeitos financeiros do reajuste (pagamentos) serão a partir do mês em que apresentada à solicitação.
- 18.5. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem requerê-lo, ocorrerá a preclusão desse direito em relação ao período anterior à prorrogação, assim como também ocorrerá a preclusão se o pedido de reajuste for formulado depois de extinto o contrato.

## **19.DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

- 19.1. Poderá ser admitida a alteração do preço contratado, para fins de restabelecimento da relação pactuada inicialmente entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.
- 19.2. As eventuais solicitações deverão se fazer acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, mediante a comprovação dos preços praticados no mercado, devendo ser observada a vantagem financeira ofertada por ocasião da licitação, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- 19.3. A demonstração analítica será apresentada em conformidade com o ANEXO III - DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS (MODELO DE PROPOSTA) deste Termo de Referência.

## **20.MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 20.2. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito, preferencialmente por *e-mail*: CPOL@trt24.jus.br/nst@trt24.jus.br, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 20.3. O CONTRATANTE poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 20.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, das sanções aplicáveis, dentre

outros.

## **20.5. Do Preposto**

- 20.5.1. A CONTRATADA deverá indicar um preposto, no prazo de 2 (dois) dias consecutivos a contar da assinatura do contrato, mediante declaração que deverá constar o nome completo, telefone e e-mail de contato.
- 20.5.1.1. Pelo descumprimento do disposto no subitem anterior, estará a CONTRATADA sujeita à aplicação da multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor anual estimado do contrato, por dia que ultrapassar o prazo estabelecido, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o referido valor, e será considerado como inexecução parcial da obrigação assumida.
- 20.5.2. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas aos serviços executados e às faturas decorrentes, assim como para avaliar a qualidade dos serviços dos profissionais da CONTRATADA postos à disposição do CONTRATANTE.
- 20.5.3. Incumbe ao preposto atender as demandas da gestão e/ou fiscalização do contrato, inclusive para apresentar documentos solicitados pelo CONTRATANTE.
- 20.5.4. O preposto deverá participar de reunião com o CONTRATANTE, na forma online ou presencial, sempre que solicitado com pelo menos 1 (um) dia de antecedência, em dia e horário definidos pela Fiscalização, que solicitará às providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, cabendo ao preposto a adoção de todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme artigo 118, da Lei nº 14.133/2021.
- 20.5.5. O preposto deverá responder às solicitações do CONTRATANTE por e-mail, no endereço eletrônico informado pelo Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos durante o horário comercial, ou até as 8h30 do próximo dia útil, no caso de comunicação fora do horário comercial.
- 20.5.6. A fim de evitar falha na comunicação, a CONTRATADA deverá fornecer pelo menos 2 (dois) endereços de e-mail, ambos de provedores diferentes, sendo pelo menos um dos endereços de um serviço de e-mail de grande porte, notoriamente conhecido por manter o sistema sempre funcionando como, por exemplo, Microsoft Hotmail / Outlook, Google Gmail e Yahoo Mail.
- 20.5.7. É responsabilidade da CONTRATADA se certificar de que os endereços eletrônicos estejam funcionando corretamente. Não serão aceitas as alegações de que os sistemas de comunicação por correio eletrônico falharam, exceto se noticiado pelos meios de divulgação.

## **20.6. Da Gestão e Fiscalização:**

- 20.6.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE designará, por meio de Portaria, servidor(es) para a gestão e a fiscalização da contratação, bem como, se necessário, servidor(es) para auxílio na fiscalização.
- 20.6.2. Tanto o Gestor quanto o Fiscal atuarão em conjunto no acompanhamento e fiscalização da contratação, incumbindo especificamente ao Fiscal o acompanhamento do cumprimento das obrigações pela CONTRATADA e ao Gestor a liquidação das notas fiscais/faturas.
- 20.6.3. A existência de fiscalização por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades no cumprimento das obrigações assumidas, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.
- 20.6.4. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos materiais e/ou pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, por intermédio do Fiscal do contrato.



- 20.6.5. A presença de empregado não identificado conforme consta no subitem 8.3.4 implicará nas penalidades previstas no item 22.
- 20.6.6. O Fiscal do contrato pode sustar qualquer entrega de material e/ou execução do trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária, devendo comunicar o fato de imediato ao Gestor e a CONTRATADA.
- 20.6.7. A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade decorrente de má execução da contratação, inclusive por defeito ou inadequação do produto fornecido.

## **21. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 21.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo circunstanciado, o objeto desta contratação será recebido:
- 21.1.1. Provisoriamente, no momento da finalização dos trabalhos de cada manutenção, após o preenchimento e assinatura, pelo técnico e pelo fiscal do contrato, do respectivo relatório, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- 21.1.2. Definitivamente, pelo Gestor do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da nota fiscal acompanhada dos relatórios de manutenção, após a comprovação da sua perfeita execução, do cumprimento das exigências contratuais e do constante nos relatórios apresentados.
- 21.2. Caso se verifique que não houve o fiel cumprimento das condições e especificações estabelecidas para a presente contratação e/ou havendo quaisquer pendências, a Fiscalização convocará a CONTRATADA a efetuar os reparos necessários.
- 21.3. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 21.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 21.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 21.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança. O recebimento da parte controversa não afetará o pagamento das demais parcelas.
- 21.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 21.8. A liquidação da nota fiscal será realizada pelo Gestor do contrato e deverá ocorrer na mesma data do recebimento definitivo.

## **22. DAS PENALIDADES**

- 22.1. A empresa vencedora deverá encaminhar o recibo da nota de empenho, devidamente assinado e preenchido, no prazo de 2 (dois) dias úteis após ser transmitida pelo TRT. Em caso de descumprimento, reserva-se à Administração o direito de optar pela adjudicação às demais proponentes, obedecendo-se à ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos subitens 22.3.3 e 22.3.4.
- 22.2. Pelo atraso na execução dos serviços e na devolução de equipamentos retirados para

manutenção externa, a CONTRATADA estará sujeita à multa equivalente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor do objeto da inadimplência, por dia/hora que ultrapassar o respectivo prazo, contado do recebimento da Ordem de Serviço, conforme previsto no item 8, limitado a 10% (dez por cento) do referido valor, o que não impedirá, a critério do TRT/24ª Região, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.

22.3. A inexecução, total ou parcial, da contratação poderá acarretar, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, além do ressarcimento de eventual prejuízo causado ao CONTRATANTE:

22.3.1. Advertência, nos casos em que não caiba aplicação de penalidades pecuniárias;

22.3.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto da inadimplência, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.3.3. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação correspondente, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União;

22.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar União.

22.4. Para efeito da aplicação de multa prevista, às infrações são atribuídos graus, conforme as seguintes tabelas:

**Tabela 1**

Infração			
Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer indivíduo.	6	Por ocorrência
2	Fornecer informação falsa sobre serviço ou substituir, sem autorização, materiais, equipamentos, ferramentas e procedimentos.	5	Por ocorrência
3	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização.	4	Por ocorrência
4	Deixar de atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho, estabelecidas nos dispositivos legais pertinentes, ou deixar de providenciar os seguros correlatos exigidos em lei.	3	Por ocorrência
5	Deixar de disponibilizar equipamentos, ferramentas ou quaisquer insumos necessários à realização dos serviços de manutenção que compõem este contrato.	3	Por ocorrência
6	Descumprir prazo previamente estabelecido com a Fiscalização para a execução de serviço.	3	Por unidade de tempo definida para determinar o atraso (quantidade de horas, dias, etc.)
7	Descumprir qualquer das obrigações constantes dos itens do Edital e de seus anexos ou qualquer cláusula contratual, desde que não discriminadas nesta tabela de infrações, após notificação formal da Fiscalização.	3	Por ocorrência
8	Executar serviço sem a utilização de equipamento de proteção individual ou coletiva, quando necessário.	3	Por empregado e por ocorrência

11	Executar serviço sem autorização expressa da Fiscalização.	3	Por ocorrência
12	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços ou não comprovar a sua qualificação.	3	Por empregado e por ocorrência
13	Deixar de apresentar qualquer informação ou documentação para a comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada quando solicitada pela Fiscalização.	2	Por item, por dia de atraso e por ocorrência
14	Deixar de manter documentação de habilitação atualizada.	2	Por item, por mês de atraso e por ocorrência
15	Deixar de realizar os serviços de manutenção preventiva até o décimo dia do mês previsto no cronograma e periodicidade.	2	Por ocorrência e por dia
16	Deixar de sanar os defeitos na hipótese de impossibilidade de sanar o problema na primeira visita, de acordo com os motivos relatados pelo responsável técnico, por escrito, após fixado o prazo para conserto, no limite de 72 (setenta e duas) horas, contados da parada do equipamento.	2	Por ocorrência e por dia
16	Executar serviço incompleto ou de caráter paliativo sem autorização da Fiscalização, ou deixar de providenciar complementação de serviço.	2	Por ocorrência
17	Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização sem motivo justificado.	2	Por ocorrência
18	Deixar de atender as ordens de serviço nos prazos estabelecidos no contrato.	1	Por ocorrência e por hora
19	Descumprir prazo previamente estabelecido com a Fiscalização para devolução de equipamentos retirados para manutenção externa (em oficina)	1	Por unidade de tempo definida para determinar o atraso (quantidade de horas, dias, etc.)

**Tabela 2**

<b>Grau</b>	<b>Correspondência</b>
1	0,12 % (doze centésimos) do valor global do CONTRATO
2	0,17 % (dezessete centésimos) do valor global do CONTRATO
3	0,22 % (vinte e dois centésimos) do valor global do CONTRATO
4	0,27 % (vinte e sete centésimos) do valor global do CONTRATO
5	0,35 % (trinta e cinco centésimos) do valor global do CONTRATO
6	0,45 % (quarenta e cinco centésimos) do valor global do CONTRATO

22.5. O somatório de todas as multas aplicadas conforme item 22.4 não poderá ultrapassar o máximo de 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato.

22.6. A aplicação do percentual máximo previsto no subitem anterior por 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses intercalados, ensejam a abertura de procedimento administrativo com vistas à rescisão unilateral do contrato e aplicação das penalidades cabíveis hipóteses em que

imposição de penalidades à CONTRATADA não a exime de manter os serviços até o início da execução do novo contrato.

- 22.7. As multas por inexecução parcial ou total do objeto poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.
- 22.8. O valor resultante da aplicação de multas, que serão independentes e cumulativas, será preventivamente retido do pagamento e concedido prazo para defesa prévia e recurso, observando-se as disposições contidas nos artigos 157 e 158, da Lei nº 14.133/2021.
- 22.9. Decorridos os prazos de defesa prévia e de recurso, e mantida a aplicação da multa, o valor correspondente será imediatamente recolhido à conta do Tesouro Nacional. Em não havendo retenção de pagamento, será emitida a Guia de Recolhimento da União (GRU) para o recolhimento, por parte da CONTRATADA, à conta do Tesouro Nacional. Caso haja acolhimento ou provimento parcial, o valor retido será devolvido à empresa no valor correspondente a aplicação da multa.
- 22.10. Em caso de não pagamento do valor da multa aplicada, conforme estabelecido no subitem anterior combinado com o subitem anterior, esgotados os valores da garantia contratual, o valor da multa será inscrito em dívida ativa da União.
- 22.11. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 22.12. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 22.12.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 22.12.2. As peculiaridades do caso concreto;
  - 22.12.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 22.12.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE; e
  - 22.12.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 22.13. Nos termos dos artigos 159 da Lei nº 14.133/2021, os atos previstos como infrações administrativas na referida Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 22.14. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 22.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 22.16. Os débitos do contratado para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES nº 26/2022.
- 22.17. A empresa proponente é responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.
- 22.18. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas

implicará a rescisão contratual sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

### **23. DAS DEFESAS E DOS RECURSOS**

- 23.1. As defesas e recursos contra punições impostas à contratada serão regidos pelos artigos 165, 166, 167 e 168 da Lei nº 14.133/2021, e poderão ser enviados por e-mail, exclusivamente ao endereço mencionado no ofício de notificação, sem prejuízo do encaminhamento dos originais no prazo estabelecido.
- 23.2. A utilização de e-mail para apresentação de defesa prévia e recurso administrativo não exime a CONTRATADA de protocolizar diretamente os originais no Tribunal, ou de providenciar o encaminhamento dos originais (em papel) via Correios, ambos no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do prazo legal para apresentação de defesa prévia ou recurso administrativo.
- 23.3. O não protocolo dos originais no prazo estipulado, ou o protocolo de originais distintos daqueles apresentados por e-mail, acarreta o não conhecimento da manifestação administrativa apresentada por correio eletrônico.

### **24. DOS AUMENTOS E DAS REDUÇÕES**

- 24.1. Fica assegurada à autoridade competente do contratante aumentar ou reduzir a quantidade prefixada, observados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

### **25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 25.1. A participação nesta Contratação implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 25.2. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste instrumento.
- 25.3. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.
- 25.4. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 25.4.1. Anexo I - Listagem de equipamentos;
  - 25.4.2. Anexo II - Rotinas da manutenção preventiva
  - 25.4.3. Anexo III - Das especificações e dos valores máximos aceitáveis (modelo de proposta);
  - 25.4.4. Anexo IV - Modelo de relatório de manutenção;
  - 25.4.5. Anexo V - Modelo de declaração relativa ao art. 429 da CLT (exigência do CSJT)
  - 25.4.6. Anexo VI - Modelo de declaração relativa ao art. 93 da lei nº 8.213/1991 (exigência do CSJT)
  - 25.4.7. Anexo VII - Declaração relativa à resolução nº 310, de 24.9.2021, do conselho superior da justiça do trabalho
  - 25.4.8. Anexo VIII – Declaração de não vistoria.

Campo Grande – MS, 28 de novembro de 2024

RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES  
Chefe da Coordenadoria de Polícia Judicial

MATEUS COMINETTI  
Chefe da Seção de Sustentabilidade e Acessibilidade

Aprovado por:

BONIFÁCIO TSUNETAME HIGA JUNIOR  
Secretário Administrativo Substituto

## **ANEXO I – LISTAGEM DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS NO FÓRUM TRABALHISTA DE CAMPO GRANDE**

CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV) DIGITAL, contendo:

- 80 (oitenta) Câmeras de vídeo digitais com tecnologia TCP/IP, sendo:
- 16 (dezesesseis) Câmera tipo Bullet, TCP/IP, modelo Illustra Flex 600-B521 com 1 Mp IR, com lente tipo variável 9- 22mm;
- 64 (sessenta e quatro) Câmeras tipo Dome Antivandalismo para uso externo, TCP/IP, modelo Illustra Flex 600F-D021, com 1 Mp, IR, lente varifocal 3-9mm;
- 1(um) Servidor de Gravação NVR com 86TB de armazenamento,
- 1(uma) Central de Monitoramento de Imagens com Vídeo Wall com 4 monitores de 40” (quarenta polegadas), com 1 (um) serviço de autenticação e 3 (três) terminais clientes de monitoramento<sup>1</sup>.

SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO, contendo:

- 1 (um) Sistema de Controle de Acesso Pedestre e Veículos, composto por:
- 3 (três) desktops DELL OptiFlex 3040<sup>1</sup>;
- 12 (doze) Controladoras de acesso TCP/IP controle de até 04 leitoras;
- 8 (oito) Controladoras de acesso TCP/IP controle de até 16 leitoras;
- 110 (cento e dez) Leitores de Proximidade;
- 4 (quatro) Catracas do tipo Catrax;
- 51 (cinquenta e uma) Portas Controladas;
- 51 (cinquenta e um) Eletroímãs;
- 2 (dois) links ponto a ponto sem fio dos elevadores.

SISTEMA DE ALARME MICROPROCESSADO PROGRAMÁVEL, contendo:

- 2 (duas) Central de Alarme Microprocessado;
- 87 (oitenta e sete) sensores de presença;
- 2 (dois) Teclados LCD5501Z32;
- 2 (dois) módulos TCP/IP Lantronix;
- 14 (quatorze) expansores de 8 zonas DSC PC5108;
- 2 (dois) Módulos de Comunicação da Central de Alarmes com Software de Acesso;
- 15 (quinze) Fonte Auxiliar com saída para bateria supervisionada;
- 15 (quinze) Bateria Selada 12V;
- 8 (oito) Sirenes Audiovisual 24 Leds.

MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SOFTWARES COMUNS AOS TRÊS SISTEMAS (CFTV, CONTROLE DE ACESSO E ALARME MICROPROCESSADO PARA INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS), contendo:

- Rede cabeada com Fibra Óptica, com Fusão Óptica certificada (usado nos três sistemas).
- Softwares C-CURE9000®, Vídeo Edge® e Victor®.

## **ANEXO II - ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

### **Plano de Manutenção Preventiva MENSAL**

A Manutenção Preventiva compreenderá visitas técnicas mensais para os ajustes, vistoria, dimensionamento e configuração, e em especial:

- 1) **CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV) DIGITAL**
  - Verificar câmeras que não estejam funcionando
  - Verificar posicionamento de câmeras
  - Verificar Servidor de gravação NVR
  - Verificar Central de Monitoramento de Imagens com vídeo Wall
  - Verificar terminais de monitoramento
  - Verificar serviço de autenticação
  - Verificar terminais clientes de monitoramento
  - Atualizar e Configurar Sistema Victor
- 2) **SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO**
  - Atualizar e Configurar Sistema de Controle de Acesso Pedestre e Veículos
  - Verificar Servidor HP ML 110
  - Verificar Fonte Fixa
  - Verificar placa de vídeo
  - Verificar HPE Disco Rígido
  - Verificar Servidor Hack Proliant
  - Verificar Fontes
  - Verificar Controladoras de Acesso TCP/IP e leitoras.
  - Verificar Terminais de Controle de Acesso
  - Verificar Eletroímãs
  - Verificar Leitores de proximidade
  - Verificar Catracas
  - Verificar Portas Controladoras
  - Verificar Eletroímãs
- 3) **SISTEMA DE ALARME MICROPROCESSADO PROGRAMÁVEL**
  - Verificar Central de Alarme
  - Verificar sensores de presença que não estejam funcionando
  - Verificar Módulos TCP/IP
  - Verificar Módulos de Comunicação da Central de Alarmes
  - Atualizar e Verificar Software de acesso da Central de Alarmes
  - Verificar Fontes Auxiliar
  - Verificar Sirenes Audiovisual
- 4) **DEMAIS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**
  - Verificar e ajustar Racks 16U x 670 c/ kit de ventilação
  - Verificar e ajustar Racks 44U x 1000 c/ kit de ventilação
  - Verificar Rede Cabeada com fibra ótica
  - Verificar, identificar e ajustar configurações de infraestrutura de rede, incluindo os switches gerenciáveis
  - Verificar e ajustar as configurações dos softwares
  - Verificar e ajustar as rotinas de backup de monitoramento e configurações

**ANEXO III - DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS (MODELO DE PROPOSTAS)**

RAZÃO SOCIAL \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ CONTATO: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

**Manutenção Preventiva e Corretiva dos do sistema de segurança eletrônico Fórum Trabalhista de Campo Grande.**

Segue abaixo a planilha de valores referentes ao contrato de monitoramento desta proposta:

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA - PREDIO BELIZARIO LIMA GRUPO 1 (ÚNICO)				
ITEM	SERVIÇO	UNIDADE DE EQUIPAMEN TOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL
1	Manutenção preventiva e corretiva de catraca de controle de acesso composto de leitores, botoeiras de emergência e controladoras	4	R\$ 562,50	R\$ 2.250,00
2	Manutenção preventiva e corretiva de porta de controle de acesso composto de leitores, controladoras, fontes botoeiras de emergência e eletroímã	49	R\$ 39,33	R\$ 1.927,17
3	Manutenção preventiva e corretiva de portões de controle de acesso composto de leitores, controladoras, fontes botoeiras de emergência e pedestais	4	R\$ 240,00	R\$ 960,00
4	Manutenção preventiva e corretiva em software de controle de acesso, incluso servidores e clientes de cadastramento	1	R\$ 1.152,78	R\$ 1.152,78
5	Manutenção preventiva e corretiva em câmeras IP do sistema de circuito fechado de televisão	80	R\$ 33,07	R\$ 2.645,60
6	Manutenção preventiva e corretiva em software de CFTV, incluso servidores e clientes de cadastramento	1	R\$ 903,67	R\$ 903,67
7	Manutenção preventiva e corretiva em sistema de alarme microprocessado	1	R\$ 436,98	R\$ 436,98
TOTAL MENSAL SERVIÇOS				R\$ 10.276,20



TOTAL ANUAL SERVIÇOS				R\$ 123.314,40
PEÇAS E COMPONENTES – MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA				
Item	Descrição	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
8	Placa de vídeo com mouse e teclado	1	R\$ 975,00	R\$ 975,00
9	Placa controladora de acesso Istar Edge 04 leitores	1	R\$ 20.800,00	R\$ 20.800,00
10	Placa controladora de acesso Istar Edge 02 leitores	2	R\$ 16.514,91	R\$ 33.029,82
11	Botoeira de Emergência C-9, marca VAULT	2	R\$ 661,45	R\$ 1.322,90
12	Expansora 8 Zonas, PC5108, marca DSC	2	R\$ 280,24	R\$ 560,48
13	Fonte de Alimentação 12VDC c/Bateria 10A, marca ORBE	10	R\$ 780,00	R\$ 7.800,00
14	Sensor IVP Interno, LC-104, marca DSC	2	R\$ 264,68	R\$ 529,36
15	Sensor IVP Externo, LC-151, marca DSC	2	R\$ 971,85	R\$ 1.943,70
16	Bateria Selada 12V 7A	30	R\$ 203,13	R\$ 6.093,90
17	Sirene Audiovisual 24 Leds 12 VDC, marca BOSCH	1	R\$ 240,00	R\$ 240,00
18	Módulo de Integração TCP/IP. IT100, marca DSC	2	R\$ 1.079,34	R\$ 2.158,68
19	Cartões de acesso	2	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00
20	Botoeira simples com espelho	25	R\$ 400,00	R\$ 10.000,00
21	Placa de alimentação POE, Estar POE-1, marca Software House	2	R\$ 2.709,18	R\$ 5.418,36
TOTAL PEÇAS E COMPONENTES			R\$ 98.872,20	

### Descritivo Sistema de Segurança – Fórum Trabalhista de Campo Grande

ITEM	Descritivo
1	<p>CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV) DIGITAL, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 80 (oitenta) Câmeras de vídeo digitais com tecnologia TCP/IP, sendo 16 (dezesesseis) Câmera tipo Bullet, TCP/IP, modelo Illustra Flex 600-B521 com 1 Mp IR, com lente tipo variável 9-22mm, 64 (sessenta e quatro) Câmeras tipo Dome Antivandalismo para uso externo, TCP/IP, modelo Illustra Flex 600F-D021, com 1 Mp, IR, lente varifocal 39mm;</li> <li>- 1 (um) Servidor de Gravação NVR com 86 TB de armazenamento; e</li> <li>- 1 (uma) Central de Monitoramento de Imagens com Vídeo Wall com 4 monitores de 40" (quarenta polegadas), com 1 (um) serviço de autenticação e 3 (três) terminais clientes de monitoramento;</li> </ul>
2	<p>SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 1 (um) Sistema de Controle de Acesso Pedestre e Veículos;</li> <li>- 3 (três) desktops DELL OptiFlex 3040</li> <li>- 12 (doze) Controladoras de acesso TCP/IP controle de até 04 leitoras;</li> <li>- 8 (oito) Controladoras de acesso TCP/IP controle de até 16 leitoras;</li> <li>- 110 (cento e dez) Leitores de Proximidade;</li> <li>- 4 Catracas do tipo Catrax,</li> <li>- 51 (cinquenta e uma) Portas Controladas;</li> <li>- 51 (cinquenta e um) Eletroímãs; e</li> <li>- 2 (dois) links ponto a ponto sem fio dos elevadores.</li> </ul>
3	<p>SISTEMA DE ALARME MICROPROCESSADO PROGRAMÁVEL, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 2 (duas) Central de Alarme Microprocessado (especificações no TR);</li> <li>- 87 (oitenta e sete) sensores de presença (especificações no TR),</li> <li>- 2 (dois) Teclados LCD5501Z32 (especificações no TR);</li> <li>- 2 (dois) módulos TCP/IP Lantronix;</li> <li>- 14 (quatorze) expansores de 8 zonas DSC PC5108;</li> <li>- 2 (dois) Módulos de Comunicação da Central de Alarmes com Software de Acesso;</li> <li>- 15 (quinze) Fonte Auxiliar com saída para bateria supervisionada;</li> <li>- 15 (quinze) Bateria Selada 12V 7ª; e</li> <li>- 8 (oito) Sirenes Audiovisual 24 Leds.</li> </ul>
4	<p>MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SOFTWARES COMUNS AOS TRÊS SISTEMAS (CFTV, CONTROLE DE ACESSO E ALARME MICROPROCESSADO PARA INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS), contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Rede cabeada com Fibra Óptica, com Fusão Óptica certificada (usado nos três sistemas).</li> <li>- Softwares C-CURE9000®, Vídeo Edge® e Victor®</li> </ul>

**Declaro** que recebi cópia e tomei ciência das condições gerais do Termo de Referência, com as quais nossa empresa se submete integralmente, uma vez que estão de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

**Declaro**, ainda, para os fins do disposto no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e sob as penas da lei, que a sociedade ou o empresário subscritor é:

( ) Microempresa ( ) Empresa de Pequeno Porte ( ) Empresa sob outro regime

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Carimbo da empresa (se houver)

---

Assinatura e Identificação

Representante Legal da empresa proponente

**ANEXO IV - MODELO DE RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO (PREVENTIVA/CORRETIVA)**

ITENS		Status	RELATÓRIO
<b>Câmeras</b>			
andar	Cam1		
andar	Cam2		
andar	Cam3		
andar	Cam4		
andar	Cam5		
andar	Cam6		
andar	Cam7		
andar	Cam8		
andar	Cam9		
andar	Cam10		
andar	Cam11		
andar	Cam12		
andar	Cam13		
andar	Cam14		
andar	Cam15		
andar	Cam16		
andar	Cam17		
andar	Cam18		
andar	Cam19		
andar	Cam20		
andar	Cam21		
andar	Cam22		
andar	Cam23		
andar	Cam24		
andar	Cam25		
andar	Cam26		
andar	Cam27		
andar	Cam28		
andar	Cam29		
andar	Cam30		
andar	Cam31		
andar	Cam32		
andar	Cam33		
andar	Cam34		
andar	Cam35		
andar	Cam36		
andar	Cam37		
andar	Cam38		
andar	Cam39		
andar	Cam40		

andar	Cam41		
andar	Cam42		

andar	Cam43		
andar	Cam44		
andar	Cam45		
andar	Cam46		
andar	Cam47		
andar	Cam48		
andar	Cam49		
andar	Cam50		
andar	Cam51		
andar	Cam52		
andar	Cam53		
andar	Cam54		
andar	Cam55		
andar	Cam56		
andar	Cam57		
andar	Cam58		
andar	Cam59		
andar	Cam60		
andar	Cam61		
andar	Cam62		
andar	Cam63		
andar	Cam64		
andar	Cam65		
andar	Cam66		
andar	Cam67		
andar	Cam68		
andar	Cam69		
andar	Cam70		
andar	Cam71		
andar	Cam72		
andar	Cam73		

andar	Cam74		
andar	Cam75		
andar	Cam76		
andar	Cam77		
andar	Cam78		
andar	Cam79		
andar	Cam80		
<b>Sistema de CFTV</b>			
térreo	central de monitoramento		
<b>Sistema de controle de acesso</b>			
térreo	Computador 1		
	Computador 2		
	Computador 3		
<b>Controladoras de acesso</b>			

andar	local 1		
andar	local 2		
andar	local 3		
andar	local 4		
andar	local 5		
andar	local 6		
andar	local 7		
andar	local 8		
andar	local 9		
andar	local 10		
andar	local 11		
andar	local 12		
andar	local 13		
andar	local 14		
andar	local 15		
andar	local 16		
andar	local 17		
andar	local 18		
andar	local 19		
andar	local 20		
<b>Portas (leitoras/imã/botoeira)</b>			
andar	P1		
andar	P2		

andar	P3		
andar	P4		
andar	P5		
andar	P6		
andar	P7		
andar	P8		
andar	P9		
andar	P10		
andar	P11		
andar	P12		
andar	P13		

andar	P14		
andar	P15		
andar	P16		
andar	P17		
andar	P18		
andar	P19		
andar	P20		
andar	P21		
andar	P22		
andar	P23		

andar	P24		
andar	P25		
andar	P26		
andar	P27		
andar	P28		
andar	P29		
andar	P30		
andar	P31		
andar	P32		
andar	P33		
andar	P34		
andar	P35		
andar	P36		

andar	P37		
andar	P38		
andar	P39		
andar	P40		
andar	P41		
andar	P42		
andar	P43		
andar	P44		



andar	P45		
andar	P46		
andar	P47		
andar	P48		
andar	P49		
andar	P50		
andar	P51		
subsolo	leitor entrada portão		
	leitor portão saída		
térreo	leitor portão entrada		
	leitor portão saída		
<b>Catraca</b>			
térreo	C1		
	C2		
	C3		
	C4		
<b>Link elevadores</b>			
	Link 1		
	Link 2		
<b>Sistema de alarme</b>			

térreo	central de alarme 1		
	central de alarme 2		
	teclado alarme 1		
	teclado alarme 2		
andar	módulo de comunicação 1		
andar	módulo de comunicação 2		
<b>Sensor de presença</b>			
andar	S1		
andar	S2		
andar	S3		
andar	S4		
andar	S5		

andar	S6		
andar	S7		
andar	S8		
andar	S9		
andar	S10		
andar	S11		
andar	S12		
andar	S13		
andar	S14		
andar	S15		
andar	S16		
andar	S17		
andar	S18		
andar	S19		
andar	S20		
andar	S21		
andar	S22		
andar	S23		
andar	S24		
andar	S25		
andar	S26		
andar	S27		
andar	S28		
andar	S29		
andar	S30		
andar	S31		
andar	S32		
andar	S33		
andar	S34		
andar	S35		
andar	S36		
andar	S37		

andar	S38		
andar	S39		
andar	S40		
andar	S41		
andar	S42		
andar	S43		
andar	S44		
andar	S45		
andar	S46		
andar	S47		
andar	S48		

andar	S49		
andar	S50		
andar	S51		
andar	S52		
andar	S53		
andar	S54		
andar	S55		
andar	S56		
andar	S57		
andar	S58		
andar	S59		
andar	S60		
andar	S61		
andar	S62		
andar	S63		
andar	S64		
andar	S65		
andar	S66		
andar	S67		
andar	S68		
andar	S69		
andar	S70		
andar	S71		
andar	S72		
andar	S73		
andar	S74		
andar	S75		
andar	S76		
andar	S77		
andar	S78		
andar	S79		
andar	S80		
andar	S81		
andar	S82		
andar	S83		

andar	S84		
andar	S85		
andar	S86		
andar	S87		
<b>Expansoras</b>			
andar	expansor 1		
andar	expansor 2		

andar	expansor 3		
<b>Fonte 12v</b>			
andar	fonte auxiliar 1		
andar	fonte auxiliar 2		
andar	fonte auxiliar 3		
andar	fonte auxiliar 4		
andar	fonte auxiliar 5		
andar	fonte auxiliar 6		
andar	fonte auxiliar 7		
andar	fonte auxiliar 8		
andar	fonte auxiliar 9		
andar	fonte auxiliar 10		
andar	fonte auxiliar 11		
andar	fonte auxiliar 12		
andar	fonte auxiliar 13		
andar	fonte auxiliar 14		
andar	fonte auxiliar 15		
<b>bateria selada 12v</b>			
andar	bateria 1		
andar	bateria 2		
andar	bateria 3		
andar	bateria 4		
andar	bateria 5		
andar	bateria 6		
andar	bateria 7		
andar	bateria 8		
andar	bateria 9		
andar	bateria 10		
andar	bateria 11		
andar	bateria 12		
andar	bateria 13		
andar	bateria 14		
andar	bateria 15		
<b>Sirente ÁudioVisual</b>			
andar	sirene 1		
andar	sirene 2		
andar	sirene 3		
andar	sirene 4		
andar	sirene 5		
andar	sirene 6		
andar	sirene 7		
andar	sirene 8		
<b>Software</b>			

	C-Cure9000		
	VideoEdge		
	Victor		

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO ART. 429 DA CLT, EXIGIDA PELA  
RESOLUÇÃO Nº 310, DE 24.9.2021, DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO  
TRABALHO**

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Edital nº \_\_\_\_\_, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARA:

( ) atender aos percentuais estipulados no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943), referente ao emprego e matrícula de aprendizes.

( ) estar dispensada da contratação de aprendizes por se enquadrar em pelo menos 1 (uma) das hipóteses de dispensa previstas na legislação (Decreto nº 9.579/2018 e Instrução Normativa nº 146/2018).

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal do Licitante

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991,  
EXIGIDA PELA RESOLUÇÃO Nº 310, DE 24.9.2021, DO CONSELHO SUPERIOR DA  
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Edital nº \_\_\_\_\_, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARA:

( ) atender aos percentuais estabelecidos no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, referente ao emprego de beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.

( ) estar desobrigada do atendimento ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, por possuir menos de 100 (cem) empregados.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal do Licitante

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO RELATIVA À RESOLUÇÃO Nº 310, DE 24.9.2021, DO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, para fins de prova perante o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Termo de Referência, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARA que não está inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; bem como não ter sido condenada, ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105, no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos artigos 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal do Licitante



## ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

### DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os fins do disposto no subitem 4.6 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024, que tem pleno conhecimento de todas as condições, peculiaridades e grau de dificuldade existentes para execução do objeto constante do Edital, do Termo de Referência e dos Anexos, nos termos do art. 63, § 3º da Lei nº 14.133/2021, assim como, que está ciente de que não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

Assinatura do Representante Legal do Licitante